

ICMBio

Edição 498 - Ano 11 – 14 de dezembro de 2019

LOCO

Viaduto para passagem de fauna beneficiará espécie ameaçada

PÁGINA 4

ICMBio e Marinha
firmam parceria em
cessão de imóvel

PÁGINA 2

Flona do Tapirapé-Aquiri
inaugura circuito de
trilhas ecológicas

PÁGINA 12

Comunitários atuam
no Projeto Ararinha na
Natureza

PÁGINA 8

ICMBio e Marinha firmam parceria em cessão de imóvel

Um evento marcou a assinatura, no dia 1º de dezembro, do contrato de cessão de uso gratuito do imóvel utilizado por parte do Cepene em Tamandaré (PE). A parceria entre a Marinha do Brasil e o ICMBio é fundamental para a continuidade das ações de pesquisa e conservação da biodiversidade marinha do Nordeste.

O presidente do ICMBio Paulo Carneiro participou da assinatura do contrato. “Essa parceria é o reconhecimento e a valorização de um trabalho baseado nas ações de pesquisa e na geração do conhecimento. A aplicação desse conhecimento tem contribuindo com as ações de manejo e conservação da biodiversidade da Mata Atlântica, dos manguezais, das praias, dos recifes de coral”, ressaltou Paulo.

Segundo ele, o acordo é fundamental para o fortalecimento das instituições que trabalham em prol da proteção dos ambientes costeiros e marinhos. “Fortalecidas e unidas, as instituições, com o apoio da sociedade civil e da academia, têm um potencial muito grande para trabalhar pela pesquisa e a conservação marinha”, complementa.

No ano em que o Cepene completou 35 anos de ações voltadas para a pesquisa e conservação do mar, garantir o espaço por mais uma década sinaliza a continuidade dos planos do ICMBio, especialmente para os centros de pesquisa e as áreas marinhas protegidas, os projetos de apoio, como o caso do GEF Mar, trabalhando em favor dos recifes de coral, dos pei-

xes ameaçados, dos peixes-boi marinhos, das tartarugas, das aves, da biodiversidade.

Nesses últimos três anos, o Cepene voltou-se para resgatar os trabalhos de pesquisa aliado à conservação marinha. “Um dos pontos mais importantes foi restabelecer a confiança para as parcerias interinstitucionais”, disse o coordenador do Cepene, Leonardo Tortoriello Messias.

De acordo com ele, as parcerias possibilitaram e viabilizaram uma série de ações que seriam impossíveis de realizar somente pelo ICMBio, como são os casos do monitoramento dos recifes de coral; monitoramento dos impactos da pesca e da produção pesqueira; das primeiras ações do automonitoramento da pesca; do estabelecimento das áreas de recuperação recifal; dos planos de recuperação das espécies ameaçadas; das ações de educação ambiental; do enfrentamento para o combate à poluição dos mangues, entre outras.

“A assinatura do documento significa dizer também que o espaço está aberto para outros parceiros. A parceria vai além das duas instituições e beneficia outras que usufruem do espaço do Cepene”, afirmou Leonardo.



Arquivo Cepene

Contrato de cessão permite uso de imóvel pelo Cepene

Estratégia Nacional para Zonas Úmidas é lançada no IV CONBRAU



Divulgação

Marcelo Marcelino durante abertura do evento

Na semana passada, aconteceu o IV Congresso Brasileiro de Áreas Úmidas (IV CONBRAU), realizado no Centro de Convenções do Hotel Brasília Imperial, em Brasília. O diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio, Marcelo Marcelino, participou da abertura do evento, representando o presidente do Instituto. A temática desta edição foi Serviços Ecossistêmicos e Políticas Públicas, com ênfase em vários biomas brasileiros.

Marcelino defendeu a conservação aliada ao desenvolvimento. “Temos vários exemplos que mostram que conservar com desenvolvimento é possível”, ressaltou Marcelino. A presidente do Congresso, Suelma Ribeiro Silva, afirmou que essa é a primeira vez que o CONBRAU é realizado em Brasília. Segundo ela, a interação entre cientistas e gestores públicos estimula a adoção de novas linhas de pesquisa que “conversem” com as políticas públicas, buscando soluções que favoreçam a sustentabilidade ambiental, a justiça ambiental e o bem viver do povo brasileiro nas áreas rurais e urbanas do País. Luciana Galvão, da Universidade Católica de Brasília, elogiou a realização do evento. “É uma questão estratégica realizar o congresso, chamando a atenção para as áreas úmidas”.

No evento também foi lançada a Estratégia Nacional de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas no Brasil, pelo Ministério do Meio Ambiente. A iniciativa vai contribuir para que o Brasil cumpra os compromissos assumidos perante a Convenção de Ramsar, no que diz respeito à conservação e ao manejo efetivo das áreas úmidas de importância internacional. “A estratégia incorpora a recomendação do CNZU quanto à definição de zonas e áreas úmidas, além de reafirmar o compromisso do Brasil com a Convenção Ramsar”, alega Suelma Ribeiro Silva.

Foram várias as mesas de discussões sobre água, biodiversidade em áreas úmidas e mudanças climáticas. A programação do congresso trouxe a participação e contribuição de profissionais com significativa inserção internacional, com impacto positivo nas discussões de temas atuais e relevantes para as diversas áreas do conhecimento das áreas úmidas.

O evento é realizado a cada dois anos, e nesta edição foi promovido pelo ICMBio, a Universidade Católica de Brasília, a Embrapa Cenargen e a Universidade de Brasília.

UC terá primeiro viaduto sobre estrada para passagem de fauna do Brasil

A Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado (RJ) receberá o primeiro viaduto destinado à passagem de fauna, a ser construído em uma rodovia federal, a BR-101, no estado do Rio de Janeiro. A construção é uma condicionante de Autorização para o Licenciamento Ambiental emitida pelo ICMBio e está sendo feita em razão de decisão em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) em Macaé.

A iniciativa envolve diretamente mais uma unidade de conservação (UC) federal, a Reserva Biológica (Rebio) de Poço das Antas (RJ). O viaduto, localizado estrategicamente adjacente à Rebio, permitirá o fluxo da fauna entre a Rebio e fragmentos florestais que estão do outro lado da rodovia. “Esta é uma iniciativa pioneira e muito importante. Pode-se dizer que é um verdadeiro marco na construção e duplicação de rodovias, a ser replicado pelo território nacional”, destacou a analista ambiental Tatiana Mello, da APA.

A ideia de construção do viaduto vegetado, como ele está sendo chamado, foi incorporada como condicionante no processo de licenciamento ambiental da duplicação da rodovia e elaborada pelas equipes das UCs envolvidas, inspirada em iniciativas internacionais, uma vez que não havia projetos similares em ter-

ritório nacional. Por essa razão, o desafio de fazer valer a ideia foi ainda maior.

A Autorização para o Licenciamento Ambiental emitida pelo ICMBio impunha a construção das passagens de fauna em atendimento às disposições do plano de manejo da APA. “O documento prevê a adoção de um conjunto de estratégias visando favorecer a conectividade da paisagem no território protegido pela unidade. Por esse motivo, a maior parte das passagens será construída nos trechos onde a BR-101 intercepta os corredores ecológicos planejados no plano de manejo da APA”, explicou Christina Albuquerque, chefe da unidade.

Além dessa obra, teve início também a construção de quatro estruturas rígidas tipo passarela para passagem de fauna copa a copa das árvores, com previsão de conclusão para setembro de 2019. Está prevista, ainda, com início em janeiro do ano que vem, a construção de outras seis estruturas metálicas de passagem de fauna copa a copa, com expectativa de término em dezembro de 2019. Outras 14 passagens subterrâneas estão em andamento e está prevista a construção de mais uma. O viaduto vegetado deve ser concluído no próximo ano, com o posterior plantio de mudas sobre a estrutura.



MICO-LEÃO-DOURADO

A Reserva Biológica de Poço das Antas, primeira unidade de conservação desta categoria no País, foi criada com o objetivo primordial de auxiliar na conservação do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*). A UC está isolada de outros fragmentos protegidos pela APA da Bacia do Rio São João em razão da BR-101. Com isso, os 480 micos que vivem na Rebio não conseguem encontrar as populações vizinhas e trocar carga genética por meio do cruzamento e há a tendência de empobrecimento genético e consanguinidade, levando a população isolada ao declínio.

Segundo Gustavo Luna Peixoto, chefe da Rebio, a presença do viaduto permitirá que indivíduos da espécie cruzem a rodovia entrando e saindo da reserva, possibilitando a troca genética entre populações e garantindo a sobrevivência da espécie ao longo do tempo. “Isso vale para o mico-leão-dourado e para

todas as outras espécies de animais que vivem na região e são impactados pela rodovia, pois o viaduto tem a vantagem sobre os outros tipos de passagem por possibilitar a travessia de um grande espectro de espécies de hábitos diferentes, como animais terrestres, arborícolas e semiarborícolas”, explicou.

AÇÃO CIVIL

O MPF ajuizou a ação civil buscando o cumprimento das condicionantes previstas na Licença de Instalação nº 927/2013, do Ibama, e na Autorização para Licenciamento Ambiental nº 2/2012, do ICMBio, decorrentes da obra de duplicação da BR 101, no trecho compreendido entre o km 190 e o 261. Essas condicionantes visam à redução do índice de atropelamento de animais no trecho da rodovia que corta as áreas da Rebio e da APA. Além do problema dos atropelamentos da fauna da APA, a estrada passou a funcionar como uma barreira para os animais que tentam acessar a Rebio.



Mehgan Murphy

Flona de Ipanema realiza workshop de educação ambiental

Acervo Flona de Ipanema



Grupo trabalhou na construção do Plano de Educação Ambiental

A Floresta Nacional (Flona) de Ipanema (SP) está elaborando um Programa de Educação Ambiental para a unidade de conservação (UC) e municípios do seu entorno. Para desenvolvimento da iniciativa, foi realizado em novembro, na Acadebio, o 1º Workshop de Educação Ambiental.

O evento teve a participação de 85 representantes de mais de 20 instituições que interagem com a UC, entre elas as prefeituras de Iperó e Capela do Alto, universidades locais, organizações não governamentais, Centro Tecnológico da Marinha (Aramar), Reator Multipropósito Brasileiro (RMB), lideranças do Assentamento Rural Ipanema, cooperativas e comunidades da região.

Durante o primeiro dia foram realizadas palestras abordando Uso e ocupação do solo; Recursos Hídricos, saneamento rural e recuperação de nascentes; Degradação e crimes ambientais; Recursos naturais e serviços ambientais e Sustentabilidade e desafios regionais. A partir da análise desses cinco temas, foram construídos planos de ação para o desenvolvimento de atividades de modo a atingir objetivos específicos do Programa de Educação Ambiental.

“O evento foi essencial para o estabelecimento de prioridades de ações e de parcerias para atingir o resultado previsto: a elaboração de um Programa de Educação Ambiental para a Flona de Ipanema e região”, pontuou Ofélia de Fátima Gil Willmersdorf, analista ambiental da Flona.



APA da Serra da Mantiqueira festeja publicação do seu plano de manejo

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira (MG /SP/RJ) teve seu plano de manejo aprovado neste mês. Essa é uma aspiração antiga de quem mora na Serra da Mantiqueira, seus servidores e todos os envolvidos em sua gestão, que desde 1992 vem se organizando de forma a construir o documento da forma mais participativa possível.

Os trabalhos só foram impulsionados após assinatura de um acordo com a Justiça Federal de Guaratinguetá (SP), em 2009. Desde então, a equipe da APA, com o apoio contínuo dos conselheiros e parceiros, uniu esforços para a construção do documento, dividido em três etapas (levantamento de dados secundários, diagnóstico histórico e cultural e planejamento).

Na última semana, quando foi dada posse aos novos conselheiros, em reunião realizada no Parque Estadual de Campos do Jordão (SP), antigos e novos membros celebraram conjuntamente mais esta conquista.

“Tenho uma enorme gratidão de fazer par-

te do conselho. Por quase nove anos, aprendi muito e evolui como pessoa. A meta era a construção de uma proposta com a possibilidade de produzir e preservar. Com a honrosa oportunidade de participação na construção do plano de manejo, deixamos os caminhos traçados. Desejo que desenvolvam um grande trabalho, e estaremos sempre por perto acompanhando”, afirmou o então conselheiro Wander Bastos, do Sindicato Rural de Cruzeiro e da Associação dos Sindicatos Rurais do Vale do Paraíba.

Alexandre Andrade, da Rede de Atores da Restauração Florestal do Vale do Paraíba, ressaltou: “Eu me orgulho de dizer que estive na reunião de criação deste conselho, recém-chegado na região. Passei por muitos conflitos, mas sempre prevaleceu meu compromisso pessoal (e depois institucional) de colaborar pela gestão da Serra da Mantiqueira. Hoje vivo na serra e daqui não saio. Vou continuar buscando formas de proteger e conservar este precioso ambiente, suas águas e a cultura que aqui se desenvolveu”.



Acervo APA da Serra da Mantiqueira

Grupo comemorou a publicação do plano de manejo da APA

Comunitários atuam no Projeto Ararinha na Natureza

Mais uma etapa do Projeto Ararinha na Natureza teve início, desta vez no Refúgio de Vida Silvestre e na Área de Proteção Ambiental da Ararinha Azul (BA), unidades de conservação criadas para proteger as aves que serão reintroduzidas na região. Recentemente, três consultores foram contratados para trabalhar na coleta de informações a respeito da maracanã (*Primolius maracana*), espécie considerada modelo para a reintrodução.

Para esta iniciativa, foi escolhido o Monitoramento de Base Comunitária, que inclui o engajamento de pessoas não profissionais em estudos científicos, os chamados cidadãos cientistas. Com esse método, comunitários coletam dados reprodutivos e populacionais de maracanã para fortalecer a tomada de decisão local, a educação pública e o envolvimento da comunidade.

Para realização da atividade, os pesquisadores e consultores, como Cristine Prates e Jonathan Ramos, capacitam e supervisionam a tomada de dados para garantir a integridade científica do projeto. Eles também são responsáveis por desenvolver protocolos que levem à coleta de dados de qualidade, além de analisar e publicar os dados depois que eles forem coletados. Também é de sua responsabilidade o papel de explicar a importância do projeto aos comunitários, testar os protocolos com potenciais participantes e desenvolver materiais claros de suporte sobre o projeto desenvolvido para garantir o feedback apropriado dos participantes.

Desde 2016, o monitoramento comunitário está sendo desenvolvido pelo ICMBio, anteriormente pelo Cemave e agora pelo NGI ICMBio Juazeiro, na região onde será realizada a soltura das ararinhas-azuis. Somente no monitoramento reprodutivo da maracanã, foram mais de 200 árvores - potencialmente

utilizadas para sua reprodução e futuramente da ararinha azul, marcadas, mensuradas e georreferenciadas.

O monitoramento comunitário já contou com 12 moradores locais, entre estudantes, pessoas formadas no Ensino Médio de Curaçá (Bahia) e pequenos produtores rurais, além de sete alunos de Biologia da Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf). “Nesta estação reprodutiva (2018-2019), são seis comunitários envolvidos. Pretendemos continuar esse trabalho e abrir a oportunidade para que novas pessoas sejam capacitadas. Já abrimos a chamada de voluntariado para o NGI ICMBio Juazeiro e esperamos contar com pelo menos dez voluntários no próximo ano”, destacou Camile Lugarini, chefe do NGI Juazeiro.

MONITORAMENTO REPRODUTIVO

A pesquisadora Cristine Prates explica que na estação reprodutiva de 2016-2017 foram acompanhados 25 casais reprodutivos, sendo 15 ninhos ativos contendo ovos. Um filhote foi marcado com rádio colar e acompanhado por três meses. Na estação reprodutiva de 2017-2018, 16 ninhadas foram acompanhadas, contendo 46 ovos e 22 filhotes. Desses, três filhotes receberam colares com meda-lhas para observação em solo à distância.

Além disso, seis filhotes foram microchipados e um transmissor Holohil, com colar adaptado ao pescoço e antena tipo chicote, foi instalado em cada filhote, sendo dois filhotes por ninho.

As aves estão sendo monitoradas desde março de 2018 com receptor R1000 e antenas onmni e unidirecionais. Esses dados fornecerão subsídios para conhecimento da área de vida e deslocamento das maracanãs, assim como os locais de alimentação. Além

disso, auxiliará a buscar novas populações de ararinhas-azuis e os eventos de reintrodução da espécie. Os filhotes marcados foram monitorados de março a julho de 2018, três vezes por semana, diminuindo a frequência em agosto. “O sinal de dois filhotes foi perdido em abril, dois em agosto e dois em setembro. Continuamos a procura na região até a próxima marcação com colar, prevista para fevereiro ou março de 2019”, contou Camile.

Esta estação reprodutiva iniciou em outubro. Os membros da equipe foram capacitados e marcaram e georreferenciaram 27 árvores-ninho, que possuem cavidades e potencialidade para a reprodução de maracanãs. Na caracterização das árvores-ninho, primeiramente, elas foram numeradas com placas circulares de alumínio e depois foram coletados dados sobre a espécie da árvore, altura, entre outras informações. Também foram coletados dados do ambiente, como

nível de perturbação dos ninhos, presença de água e se árvores adjacentes se conectam à árvore-ninho.

Foram monitoradas 64 árvores-ninho, com a identificação em nove delas de algum indício de atividade reprodutiva. Para acessar a cavidade, foi utilizado o método ascensão vertical, técnica de escalar árvores amplamente utilizada para estudos de biologia reprodutiva de psitacídeos, possibilitando o acesso e a coleta de dados referente aos ninhos. Após a ascensão, foram coletados dados sobre vestígios reprodutivos da maracanã encontrados dentro das cavidades. Das nove cavidades acessadas, foram encontradas cinco com cama pronta para postura e uma com ovos e filhotes.

O Projeto Ararinha na Natureza tem patrocínio da empresa Vale e apoio dos mantenedores da espécie.



Maracanã (*Primolius maracana*)

CPB discute ações para espécies ameaçadas

Entre os dias 26 e 30 de novembro, foram realizadas as oficinas de Avaliação do Estado de Conservação de Xenarthra do Brasil e de Elaboração do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Tamanduá-bandeira e do Tatu-canastra. Os eventos, coordenados pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros (CPB), ocorreram na Floresta Nacional da Restinga de Cabedelo (PB).

A oficina de Avaliação do Estado de Conservação dos tatus, preguiças e tamanduás brasileiros (Xenarthra) ocorreu nos dias 26 e 27 de novembro. O evento contou com a participação de dez especialistas do grupo taxonômico e apoio do Centro Nacional de Avaliação da Biodiversidade e de Pesquisa e Conservação do Cerrado (CBC), que coordena o processo de avaliação no ICMBio.

Inicialmente, foram consideradas 25 espécies de Xenarthra, das quais 23 foram avaliadas segundo critérios da IUCN. Duas espécies sem distribuição geográfica no Brasil foram excluídas do processo de avaliação. Entre as espécies classificadas como ameaçadas estão o tatu-bola (*Tolypeutes tricinctus* - Em Perigo); preguiça-de-coleira, tatu-canastra e tamanduá-bandeira (*Bradypus torquatus*, *Priodontes*

maximus e *Myrmecophaga tridactyla* – Vulnerável). O tatu-bola (*Tolypeutes matacus*) foi avaliado como Quase Ameaçada. Além disso, 14 espécies foram consideradas Menos Preocupante (LC) e quatro foram avaliadas como Dados Insuficientes (DD).

PAN

Entre 28 e 30 de novembro, foi realizada a oficina de elaboração do Plano de Ação Nacional para a Conservação do Tamanduá-bandeira (*Myrmecophaga tridactyla*) e do Tatu-canastra (*Priodontes maximus*). Atualmente, as espécies estão categorizadas como Vulnerável na Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção.

A oficina contou com a presença de 17 participantes, entre pesquisadores, conservacionistas e gestores ambientais, representando diferentes setores, como ONGs, universidades, secretarias estaduais de Meio Ambiente e instituições públicas federais (Polícia Federal, Ibama, ICMBio e Embrapa).

Ao longo de três dias de trabalho, intercalando momentos de discussão em grupos e sessões plenárias, os participantes levantaram e discutiram as principais ameaças às espécies-alvo, a partir das quais foram propostos oito objetivos específicos e 31 ações. As principais ameaças identificadas para as duas espécies são perda e fragmentação do habitat, fogo, atropelamentos, caça, conflitos socioculturais e econômicos e o uso de agrotóxicos nas atividades agrícolas.

Com o plano de ação, todas as espécies ameaçadas de Xenarthra ficam cobertas por iniciativas e políticas públicas para a conservação. Espera-se que, ao longo dos próximos cinco anos, os colaboradores e articuladores consigam realizar as ações definidas, a fim de atenuar as principais ameaças à conservação do tamanduá-bandeira e do tatu-canastra.



Liana Mara Mendes de Sena



Sávio Freire Bruno



Renata Azevedo



Nina Attias



Renata Azevedo

Flona inaugura circuito de trilhas ecológicas e forma novos voluntários

O Dia Mundial do Voluntariado, celebrado em 5 de dezembro, foi comemorado em grande estilo pela Floresta Nacional (Flona) do Tapirapé-Aquiri (PA), com a passagem de ciclo entre turmas de monitores ambientais voluntários. A solenidade ocorreu no interior da unidade de conservação (UC), no evento de inauguração do Circuito de Trilhas Ecológicas, que contou com a participação de membros do conselho consultivo e instituições parceiras.

O Circuito Ecológico é composto por cinco trajetos, estando as trilhas Paxiúba, Castanheira, Bitoca e Cinzento no território de Marabá e a Pena Branca em São Félix do Xingú. Com níveis de dificuldade variando entre leve e moderado, são oferecidas opções para o recebimento de públicos diferenciados. Os cenários de grande beleza cênica, os córregos e igarapés da bacia hidrográfica do rio Itacaiúnas somados ao grande volume de espécies florestais raras são um atrativo a mais. Os atributos naturais são enriquecidos pela instalação de travessias suspensas, pontes elevadas e pontos de parada e contemplação, que conferem às trilhas um tom de aventura tipicamente amazônico. A sinalização das trilhas segue rigorosamente os requisitos constantes no manual oficial do ICMBio.

A iniciativa faz parte do planejamento da unidade para ampliar as ações de educação ambiental, em especial, o projeto Comunidade vai à Floresta. Nele os voluntários conduzem visitas guiadas partindo dos municípios vizinhos para o interior das unidades de conservação do Mosaico de Carajás, dentro da perspectiva da educação ambiental crítica, na qual os visitantes são levados a refletir sobre aspectos históricos, ecológicos e socioambientais associados às áreas protegidas.

APLICATIVO

Para potencializar a divulgação do proje-

to e a interação entre o usuário e a biodiversidade local, foi desenvolvido o aplicativo Trilhas Flona do Tapirapé-Aquiri. A ferramenta apresenta o detalhamento do circuito, com riqueza de detalhes sobre as trilhas e identificação botânica, informações que os usuários poderão baixar e fazer uso on e offline. Atualmente, o APP encontra-se disponível para download na plataforma Android, estando prevista a disponibilização para IOS a partir de janeiro de 2019.

VOLUNTÁRIOS

Os monitores ambientais recém-formados encontram-se em uma rodada inaugural intensa em que guiarão cerca de mil visitantes no interior da Flona, ao longo do mês de dezembro. Para 2019, entre outros projetos, a UC programa a inauguração da primeira trilha inclusiva do Mosaico Carajás, instalação de acampamento estilo camping, equipado com paredes de escaladas e tirolesa, e estruturação para observação de aves e arborismo.

O voluntário Tales Caldas comentou a importância do Programa de Voluntariado em seu crescimento profissional e como cidadão diante da relevante contribuição para o envolvimento social junto à unidade de conservação. Já o conselheiro Danilo Oliveira mencionou a importância do projeto por criar vínculos de amor e proteção da comunidade com as UCs, efetivando assim um dos pilares para a conservação, onde os



seres humanos passam a ser guardiões das unidades de conservação.

André Macedo, coordenador do NGI ICMBio Carajás, destaca que a iniciativa faz parte de uma estratégia de gestão participativa que tem por objetivo desenvolvimento da sensação de pertencimento perante a comunidade, ampliação da participação social e demonstração para a sociedade de todo o valor da biodiversidade do bioma. “Esperamos que a ação contribua para o fortalecimento do turismo ecológico em Marabá e região e crie oportunidades para a geração de renda e desenvolvimento socioambiental”, afirmou.

O projeto contou com o apoio da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e da empresa Salobo Metais S.A, subsidiária da Vale S.A.



Voluntários atuam como monitores ambientais no projeto Comunidade vai à Floresta

ICMBio participa de seminário sobre uso público

O Instituto Chico Mendes participou, nos dias 1º e 2 de dezembro, do Seminário Uso Público, Exploração Comercial e Delegações de Serviços nas Unidades de Conservação de Santa Catarina – Desafios e Tendências. O órgão foi convidado pelo Instituto de Meio Ambiente (IMA) de Santa Catarina, organizador do evento, para apresentar as concessões que estão em andamento no ICMBio.

Representantes do IMA, da Cooperativa Caipora, de ONGs ambientais, da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Florianópolis (Floram) e do trade turístico local participaram do evento. Eles tiveram a oportunidade de compreender as etapas, pré-requisitos e procedimentos para execução de concessões de serviços em unidades de conservação federais, na apresentação feita pela analista ambiental Larissa Diehl, coordenadora de Concessões e Negócios do ICMBio.

Os participantes também conheceram delegações de serviço e autorizações emitidas para atividades de aventura no Parque Estadual do Rio Vermelho, em palestra de Elaine Zuchiwish, do IMA, e a modelagem econômica do Camping do Rio Vermelho, pela economista Lóren Nascimento.

Além disso foram apresentados a importância dos processos e os dados para viabilidade de negócios em UCs, com o caso da cooperação técnica no Camping do Parque Estadual do Rio Vermelho,

pela Cooperativa Caipora. No encerramento do evento, Pedro Cunha e Menezes, coordenador-geral de Uso Público e Negócios, consolidou o debate ressaltando a importância da implementação da recreação nos parques nacionais como instrumento de sensibilização e conservação ambiental.

PARCERIA

O Instituto Chico Mendes e o Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina mantêm uma parceria que tem rendido bons frutos, trocas de experiências e avanços na agenda de implementação das unidades estaduais. Exemplo disso foi a publicação da portaria de autorização de uso para atividades de condução de visitantes, cavalcada, caiaquismo, rafting, mergulho autônomo, voo livre e aluguel de equipamentos para atividades em contato com a natureza, elaborada a partir de modelos fornecidos pelo ICMBio.

“Deixamos com o IMA o modelo de edital completo e de estudo de viabilidade econômica elaborado com os dados fornecidos pela Cooperativa Caipora. Entendemos que o Parque Estadual do Rio Vermelho tem tudo para ser uma unidade com trilhas, serviço e estruturas adequadas para melhor atender aos visitantes. Há viabilidade para oferecer melhores serviços e beleza cênica de sobra para que o parque se torne referência na gestão da visitação”, afirmou Pedro Cunha e Menezes.

Arquivo Fatma

Países fortalecem gestão de áreas protegidas marinhas

Representantes de diversos países participaram em novembro de uma oficina sobre resiliência de áreas protegidas costeiras e marinhas localizadas ao longo do oceano Atlântico. O evento, promovido na Coordenação Regional em Florianópolis (CR9), é resultado de um projeto apoiado pela Comunidade Europeia destinado a desenvolver a cooperação entre essas áreas protegidas.

Durante dois dias, representantes do Parque Natural do Litoral Norte (Portugal), da Reserva da Biosfera Ilha Cozumel (México), da Reserva Nacional de Pesquisa Estuarina Jacques Cousteau (Estados Unidos), do Complexo Ecológico Arco Esmeralda (Gabão), do Parque Nacional Marinho de Abrolhos (BA) e do mosaico de unidades de conservação da região de Florianópolis discutiram diretrizes voltadas à resiliência para lidar com as rápidas alterações sofridas pelas áreas protegidas costeiras e marinhas relativas a mudanças climáticas, urbanização, incremento do turismo, entre outras.

A oficina contou com a mediação do ecólogo Jean-Jacques Goussard e a presença de representantes da Comissão da União Europeia no Brasil e na Bélgica. As discussões foram consideradas bastante produtivas e enriquecidas pelas trocas de experiências interculturais. “Foi uma oportunidade para fortalecer as relações entre os gestores, buscando o estabelecimento de parcerias fortes com atuação consistente e coordenada para o enfrentamento dos desafios de gestão das áreas protegidas costeiras e marinhas ao longo do oceano Atlântico”, afirmou Marcia Casarin Strapazzon, coordenadora regional substituta da CR9.

O PROJETO

O projeto do qual o Brasil faz parte é apoiado pela Comunidade Europeia e destinado a desenvolver a cooperação entre as áreas marinhas protegidas dos países costeiros ao longo

de todo o Oceano Atlântico, incluindo o Mar Mediterrâneo. Idealizada pela Rede de Gestores de Áreas Marinhas Protegidas do Mediterrâneo, a iniciativa tem o intuito de estimular o intercâmbio e o compartilhamento das melhores práticas para a gestão efetiva dessas áreas.

São três eixos principais de cooperação. O primeiro trata da Resiliência das Áreas Marinhas Protegidas, composta por cinco áreas selecionadas: o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (Brasil), o Complexo Ecológico Arco Esmeralda (Gabão), a Reserva da Biosfera de Cozumel (México), a Reserva Nacional de Pesquisa Estuarina de Jacques Cousteau (EUA) e o Parque Natural do Litoral Norte (Portugal).

O segundo eixo de cooperação trata da Migração de Baleias, composta por áreas do Atlântico Norte que compartilham as mesmas populações de cetáceos. Já o terceiro trata do Fortalecimento de Redes de Gestores de Áreas Marinhas Protegidas, do qual participam as quatro principais redes já estabelecidas: do Caribe, do Mar Mediterrâneo, da América do Norte e do Oeste Africano.

Mais informações sobre o projeto em <https://transatlanticmpanetwork.eu/>.



Parna Marinho dos Abrolhos foi escolhido para representar o Brasil no projeto

Marcelo Lourenço

Parceria e Inovação: desafios na gestão de UCs marinhas

Os núcleos de gestão integrada (NGIs) Trindade e Martim Vaz e São Pedro e São Paulo são responsáveis pela gestão de mais de 90 milhões de hectares em unidades de conservação. Como gerir áreas tão grandes de forma efetiva? Qual modelo de gestão é o mais apropriado? O que tem sido feito em outros lugares do mundo?

Perguntas como essas permeiam a gestão dos NGIs e as respostas invariavelmente passam por duas palavras: inovação e parceria. Nesse contexto, os dois núcleos têm promovido intensa articulação com a Marinha do Brasil. Um dos frutos dessa iniciativa é a integração do ICMBio ao Centro Integrado de Segurança Marítima (Cismar).

Segundo Rossana Santana, chefe dos NGIs,

com o Cismar, espera-se que a proteção das unidades de conservação que compõem os dois núcleos seja alcançada por meio do conhecimento de todas as ameaças e mais especificamente as relacionadas ao meio ambiente.

Conforme informe da Marinha, o Cismar atuará, permanentemente, de forma coordenada com ICMBio, Ibama, Departamento de Polícia Federal, Secretaria da Receita Federal do Brasil, Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos).

“Acreditamos que a participação do ICMBio no centro trará resultados diretos para a efetiva gestão das UCs”, destacou Rossana.



Canindé Soares

Parceria com a Marinha tem contribuído com a gestão das UCs Marinhas criadas recentemente.

Rebio do Tinguá busca aproximação com instituições públicas

No dia 1º de dezembro, a Reserva Biológica (Rebio) do Tinguá (RJ) recebeu a visita de juizes federais, procuradores do Ministério Público Federal e seus assessores. O encontro consolida o processo de aproximação entre a unidade de conservação (UC) e o Poder Judiciário e instituições públicas, com o objetivo de aprofundar o conhecimento dos magistrados e da procuradoria federal sobre a realidade da reserva.

Os visitantes conheceram áreas de importância biológica e com grande quantidade de recursos hídricos, como a baixada do Rio Boa Esperança. No local, puderam constatar o nível de conservação e a importância da reserva para a produção de água de qualidade para abastecimento, áreas estratégicas para a conservação da biodiversidade e proteção de mananciais e que seriam severamente impactadas se houvesse fluxo turístico de grande porte. Os participantes também visitaram áreas de conflito fundiário, como a região de Jardim Cachoeira e Estrada da Colônia, ambas situadas no município de Nova Iguaçu.

“A presença dos juizes e procuradores no território da Rebio do Tinguá expande a capacidade de gestão, pois aproxima os órgãos. O processo integra ações que de outra forma ficariam menos sincronizadas do ponto de vista ambiental e jurídico”, afirmou Leandro dos Santos, chefe da UC. Ele acredita que a aproximação entre Executivo e Judiciário passa a ser mais uma ferramenta de gestão eficiente para a proteção e consolidação do território.

“A sensibilização dos magistrados é muito importante para que eles tenham parâmetro ao julgar ações relativas à Rebio do Tinguá, pois já possuem identificação com a área e compreendem a complexibilidade dos ecossistemas que a reserva preserva, bem como seu real estado de ameaça. A visita foi um ponto pé inicial para a formação de uma grande corrente de proteção institucional ao redor da unidade”, destacou.



Acervo Rebio do Tinguá

Visita contribui para integração com órgãos públicos

Você já preencheu o SAMGe 2018?

Até 31 de dezembro, as equipes de todas as unidades de conservação (UCs) são chamadas a participar da análise e do monitoramento da gestão e da efetividade das UCs com o preenchimento do SAMGe 2018. Neste ano, uma série de inovações poderá contribuir ainda mais com as atividades realizadas pelo ICMBio.

Para o preenchimento online, basta acessar samge.icmbio.gov.br. A nova plataforma permite o preenchimento mais rápido, de modo intuitivo e dinâmico. As informações do último preenchimento estão disponíveis no rascunho do preenchimento 2018, assim os gestores precisam verificar, atualizar e salvar cada informação.

Na plataforma, também está disponível uma ferramenta de espacialização, facilitando a identificação territorial de cada feição (Recursos e Valores, Usos e Ações de Manejo), assim como a organização e visualização dos arquivos em ambiente webgis (sistema de informações geográficas online). São oito passos de preenchimento até gerar o Painel de Gestão, com o retrato da gestão da UC no ano de avaliação. A partir desses dados, é possível gerar relatórios utilizando filtros como coordenação regional, categoria de unidade, bioma e outras grandes temáticas do ICMBio.

“O sistema poderá subsidiar as tomadas de decisão de toda a instituição, inclusive da própria UC, pois permite um olhar mais detalhado sobre as unidades a partir da identificação e caracterização dos objetivos de conservação da UC e suas relações com os usos existentes no território e as ações de manejo realizadas pela equipe gestora”, explicou Fabiana Hessel, chefe da Divisão de Monitoramento e Avaliação da Gestão de Unidades de Conservação (Dmag).

Hoje, o sistema já é utilizado para a tomada de decisões no ICMBio. O SAMGe é pré-requisito para a elaboração ou revisão do plano de manejo e, neste ano, o planejamento da fiscalização (PFIS) também está alinhado com o sistema. Fabiana conta que o SAMGe também tem sido utilizado em projetos especiais como

GEF Mar e GEF Terrestre para a priorização de recursos financeiros e definição das unidades contempladas nessas iniciativas.

“Além disso, muitos estados estão interessados em realizar a análise de efetividade de gestão de UC a partir do SAMGe, realizando capacitações e preenchimentos das unidades estaduais na nova plataforma. Isso demonstra a grande potencialidade do sistema para a análise de todas as unidades de conservação do sistema nacional, gerenciado pelo MMA, que tem apoiado e fomentado a utilização do SAMGe em todo o território nacional”, explicou Fabiana.

O material de apoio ao preenchimento do SAMGe 2018 está disponível em www.icmbio.gov.br/portal/efetividadedagestaoeucs. Nesse endereço é possível acessar o Manual SAMGe 2018, que contém todas as informações necessárias ao preenchimento, assim como os vídeos tutoriais e outras informações pertinentes.

Dúvidas

Confira algumas dúvidas recorrentes sobre o SAMGe e seu preenchimento.

Quem deve preencher o SAMGE 2018?

Todas as unidades de conservação federais devem realizar o diagnóstico de gestão anual no Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão (SAMGe), conforme a Portaria nº 306/2016. Assim, as equipes gestoras devem fazer o preenchimento, preferencialmente de modo participativo, com toda a equipe e envolvimento do conselho e da sociedade.

Como realizar o primeiro acesso à plataforma online?

Basta acessar <http://samge.icmbio.gov.br/> e realizar o cadastro, indicando o e-mail



institucional e uma senha de acesso. No primeiro acesso, é necessário complementar as informações de cadastro, indicando o código CNUC da unidade de conservação na unidade de lotação (por exemplo, se for um NGL, indique os códigos de todas as UCs integrantes).

Como acessar a plataforma se não recebeu o e-mail de confirmação?

A sugestão é realizar o primeiro acesso logo no dia seguinte à solicitação de cadastro. A liberação do sistema poderá ocorrer mesmo que o e-mail de confirmação não seja recebido. Caso haja problemas em liberação do acesso, é necessário entrar em contato com a DMAG pelo e-mail samge.recebimento@icmbio.gov.br ou telefones (61) 2028-9084 e 9769.

Como finalizar o preenchimento e visualizar o Painel de Gestão?

Ao finalizar o preenchimento e abrir o painel de gestão, volte para a página principal da UC, clicando no nome da unidade. Neste ambiente, é possível visualizar, na caixa à direita, abaixo do ano de preenchimento, três informações consolidadas: Planilha Excel, Painel de

Gestão e Relatório Sintético. Você também pode comparar a planilha com as anteriores e iniciar uma análise temporal da gestão na UC.

Como visualizar as informações geoespaciais no mapa da UC?

Ao finalizar o preenchimento, volte para a página principal da UC, clicando no nome da unidade. Neste ambiente, é possível visualizar o mapa da UC, agora com as informações geoespacializadas no preenchimento. No menu à esquerda, estão disponíveis informações espaciais gerais, como limites municipais e estaduais, biomas, hidrografia, rodovias e outras bases de dados que possam auxiliar a gestão territorial da UC, geradas pelo ICMBio e por outros órgãos oficiais, como IBGE e Incra. No segundo botão, à esquerda, estarão disponíveis os arquivos dos Recursos e Valores, dos Usos e das Ações de Manejo. Ao visualizar e passar o mouse sobre a feição, é possível verificar os dados do preenchimento. Neste ambiente, será possível visualizar as feições sobrepostas, possibilitando melhor compreensão da dinâmica territorial de cada unidade. É possível salvar os arquivos como shapefile ou kml, para gerenciamento em outros ambientes SIG.

Resex Chocoaré-Mato Grosso implementa Programa Monitora

Mais uma unidade aderiu recentemente ao Programa de Monitoramento da Biodiversidade do ICMBio, o Monitora. Entre os dias 12 e 19 de novembro, a Reserva Extrativista (Resex) Chocoaré-Mato Grosso (PA) iniciou as ações para implantação do Protocolo de Manguezal.

Nesse período, foram instaladas as parcelas permanentes de Vegetação de Mangue e realizadas a coleta de dados nas parcelas de Estrutura Populacional de Caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e a coleta de dados referente ao monitoramento do Pescado de Importância Socioeconômica para o mês de novembro. Os dois primeiros protocolos são anuais, enquanto o último é mensal e teve, até então, coletas realizadas nos meses de outubro e novembro.

O gestor da unidade, Maximiliano Niefeld Rodriguez, conta que “o período indicado pelo protocolo atendeu as necessidades

em campo na Resex Chocoaré-Mato Grosso, além do que é um período no qual dificilmente ocorrem chuvas na região, facilitando as ações”. A fim de ter maior representatividade no monitoramento, foram definidas três áreas amostrais: ao norte, na região central e ao sul da unidade de conservação.

Uma equipe de 15 pessoas trabalhou na realização do monitoramento, que contou com o auxílio do Cepnor, Núcleo de Estudos em Manguezais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Grupo de Crustáceos da Universidade Estadual Paulista (Unesp). “Agradeço a todos os participantes desta iniciativa pelos ensinamentos e apoio em todas as fases de implementação do programa e aos colaboradores eventuais que fizeram da expedição um momento de trabalho intenso e muito agradável”, celebrou Maximiliano.



Heider Lana

© Heider Lana

© Heider Lana

Prata da casa

Analista desenvolve estudo sobre monitoramento ambiental comunitário

O monitoramento ambiental comunitário realizado na Reserva Extrativista de Cassurubá (BA) foi o objeto de estudo do analista ambiental Marcelo Lopes, que atualmente está no Parque Nacional da Chapada dos Guimarães (MT). A pesquisa fez parte do trabalho de conclusão da especialização em Estado e Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.

O servidor apresentou o estudo durante o IV Congresso Internacional de Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais, que ocorreu em Salvador, entre os dias 7 e 10 de novembro. Em sua pesquisa, é analisado o monitoramento ambiental comunitário, experiência de pesquisa-ação desenvolvida na unidade desde 2015 e que busca envolver os extrativistas na proteção ambiental do seu território tradicional.

“No artigo, apresento uma abordagem crítica sobre a perspectiva convencional adotada pelos órgãos ambientais brasileiros, em especial o ICMBio, em relação às ações de proteção ambiental, fundamentando-se exclusivamente na atuação dos agentes fiscalizadores estatais e na ausência de participação social efetiva dos povos e comunidades tradicionais”, explicou Marcelo.

Para isso, no campo sociológico, o analista utilizou os estudos, conceitos e métodos desenvolvidos por Elinor Ostrom, destinados a compreender os casos exitosos de gestão do bem comum em diversas partes do mundo, combinados com as contribuições teóricas de Antônio Carlos Diegues e David Feeny. Já no campo jurídico, foram analisados os dispositivos legais expressos na Constituição Federal de 1988 e na Convenção OIT 169, que definem os direitos e deveres dos povos e comunidades tradicionais quanto à proteção do meio ambiente nos seus territórios tradicionais.

O artigo já está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), em <http://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?d=17&rid=2594>.



Marcelo e comunitários que atuaram no monitoramento

Acervo ICMBio

Curtas

CMA participa de evento sobre captura accidental

A equipe do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA) participou do evento Stop ByCatch Day – Pare a Captura accidental, realizado no dia 1º de dezembro, em Santos (SP). Animais marinhos morrem todos os anos emalhadados sem ser alvo da pesca, são mamíferos aquáticos, aves marinhas, tartarugas, raias e tubarões, outros peixes e invertebrados. Por esse motivo, a organização Viva Baleias, Golfinhos e cia criou o Dia Internacional Pare a Captura Accidental. A iniciativa ocorreu em 13 locais ao mesmo tempo, incluindo também a Colômbia. Em Santos, o evento contou com a presença de palestrantes de diversas instituições abordando o grande impacto da captura accidental de animais marinhos, como equipamentos de pesca descartados no

mar. O CMA apresentou a palestra Legislação e Fiscalização voltada para ByCatch e participou da mesa redonda Stop ByCatch.



Participantes do Stop ByCatch Day

Divulgação

Novo NGI reúne equipe



Criado recentemente, o Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Rio Paraíba do Sul realizou a primeira reunião de trabalho para integração da equipe. A nova instância organizacional terá sede no município de São José dos Campos (SP) e será responsável pela gestão da Área de Proteção Ambiental Mananciais do Rio Paraíba do Sul (RJ/SP) e da Área de Relevante Interesse Ecológico da Floresta da Cicuta (RJ). Na oportunidade, a equipe também fez os alinhamentos visando a elaboração do regimento interno, que deve ser publicado em breve, contendo a definição das áreas temáticas e suas respectivas atribuições.

Acervo ICMBio Rio Paraíba do Sul

Divulgado resultado do concurso fotográfico do Voluntariado

Os vencedores do 2º Concurso Fotográfico do Voluntariado foram conhecidos na última semana, na data em que se comemora o Dia Internacional do Voluntariado, 5 de dezembro. A seleção foi coordenada pelo Serviço de Apoio ao Voluntariado (Sevol), locado na Divisão de Gestão Participativa e Educação Ambiental (DGPEA/CGSAM). As 13 fotos vencedoras devem compor o calendário do Voluntariado de 2019. Foram inscritas 71 imagens registradas em 11 unidades de conservação. O objetivo do concurso foi divulgar as experiências dos voluntários e valori-

zar essa estratégia na conservação da biodiversidade. A temática das fotos era livre, mas era necessário mostrar o cotidiano dos voluntários. O grupo que selecionou as fotos vencedoras foi composto por dois servidores do ICMBio, Roberto Zanin (DGPEA) e Bruno Bimbatto (DCOM), e os voluntários Aurelice Vasconcelos e Rubens Matsushita. As imagens estão disponíveis na página do Voluntariado e algumas delas podem ser conferidas na Galeria de Fotos desta edição do ICMBio em Foco.

Realizada primeira conversão de multas do ICMBio

Foi assinado em 3 de dezembro o primeiro Termo de Compromisso para Conversão de Multas Ambientais na modalidade direta do Instituto Chico Mendes. A iniciativa ocorreu no âmbito da Coordenação Regional em Florianópolis (CR9). A conversão é resultado de uma multa aplicada no Parque Nacional de São Joaquim (SC). A equipe da unidade de conservação (UC) atuou o compromissário por corte de vegetação em área de preservação permanente na zona de amortecimento da unidade de conservação, incluindo araucárias, espécie imune de corte. O valor da multa foi de R\$ 15 mil. Como resultado da conversão, o compromissário instalará hidrantes de apoio a combate a incêndios florestais e realizará a reforma do alojamento Santa Bárbara, visando incrementar a pesquisa, ações

de educação ambiental e a presença institucional no parque nacional. O Programa de Conversão de Multas Ambientais foi instituído com a publicação do Decreto Federal nº 9.179/2017, que alterou o Decreto Federal nº 6.514/2008, e viabilizado pela publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 2/2018.



Primeira conversão de multa resultará em melhorias no Parna de São Joaquim

Acervo CR9

Rebio das Perobas reúne conselho e recebe caminhada ecológica

Neste final de ano, a Reserva Biológica (Rebio) das Perobas (PR) reuniu seu conselho consultivo para empossar os representantes de diversos setores organizados da sociedade para os próximos dois anos. Na reunião de 21 de novembro, também foi apresentado o relatório de investimento do ICMS Ecológico na reserva e foram debatidos temas como organização da abertura à visitação com caráter educativo e as propostas de adequações da BR-487 para reduzir acidentes com animais silvestres ao lado da unidade de conservação. Em dezembro, a unidade também

recebeu a 1ª Caminhada Ecológica das Perobas, organizada pelas secretarias de Educação e de Esportes de Tuneiras do Oeste. Os visitantes puderam caminhar em uma trilha dentro da floresta e ter contato com uma amostra da biodiversidade protegida pela Rebio. Logo na entrada, os participantes do evento assistiram a uma palestra sobre a unidade de conservação, as regras para visitação e o comportamento adequado em ambientes naturais - principalmente quanto à disposição correta do lixo.



Acervo Rebio das Perobas

Analista do ICMBio orienta participantes sobre conduta adequada em ambientes naturais

ICMBio participa de premiação em turismo

O Instituto Chico Mendes concorreu ao Prêmio Nacional do Turismo com mais de 250 iniciativas de turismo do Brasil. A solenidade de premiação foi realizada na Cidade das Artes, no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro. O Programa de Parcerias Ambientais Público Privadas, coordenado por Larissa Diehl e Fernando Mendes, concorreu na categoria Governo; a Rede Brasileira de Trilhas de Longo Curso e Conectividade, coordenada por Pedro Cunha e Menezes e Fábio França, ficou em terceiro lugar na categoria Valorização do Patrimônio pelo Turismo; e as Contribuições Econômicas do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira, coordenado por Thiago Beraldo e Helenne Simões, ficou em segundo lugar na categoria Monitoramento e Avaliação do Turismo. A primeira edição da iniciativa, realizada em conjunto com o Encontro de Líderes do Turismo pelo Ministério do Turismo (MTur) e Conselho Nacional de Turismo, teve por objetivo identificar, reconhecer e premiar profissionais que tenham inovado ou trabalhado de forma proativa para o desenvolvimento do turismo no Brasil

e iniciativas e casos de sucesso voltados para o turismo nacional. No campo profissionais, a seleção dos vencedores foi feita por meio de votação popular. Já na série iniciativas de sucesso, entre os 21 projetos finalistas anunciados pelo MTur, sete – um por categoria – foram eleitos vencedores e receberam seus troféus pela conquista do 1º Prêmio Nacional do Turismo 2018. Além dos prêmios recebidos pelo ICMBio, a Prefeitura de Barreirinhas também foi premiada pelo Voucher Único, desenvolvido para auxiliar na gestão da visitação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.



Rede de trilhas de longo curso foi premiada em terceiro lugar na categoria Valorização do Patrimônio pelo Turismo

Rafael Duarte

2º CONCURSO FOTOGRAFICO DO VOLUNTARIADO



Crédito: Ana Karolina de Souza Silva, Anderson Souza de Melo, Eunice Silveira Martello Lobo, Liliane Alexandre Cardoso, Otávio Figueiredo Carneiro e Patrícia Lindoso Barros.



ICMBio em Foco

Revista eletrônica

Edição

Ivanna Brito

Projeto Gráfico

Bruno Bimbato

Narayanne Miranda

Diagramação

Celise Duarte

Chefe da Divisão de Comunicação

Márcia Muchagata

Foto da capa

Mehgan Murphy

Colaboradoraram nesta edição

Antonio Guilherme Candido da Silva – Rebio das Perobas; Camila Camargo Ataliba – CMA; Camile Lugarini - NGI ICMBio Juazeiro; Carla Oliveira – DCOM; Fabiana Hessel – Dmag; Glenda Quirino – Flona do Tapirapé-Aquiri; Gustavo Luna Peixoto – Rebio de Poço das Antas; Larissa Diehl – CGEUP; Leandro Santos – Rebio do Tinguá; Luciano Jesus de Lima – ICMBio Rio Paraíba do Sul; Marcia Casarin Strapazzon – CR9; Marcelo Lopes – Parna da Chapada dos Guimarães; Maximiliano Niedfeld Rodriguez – Resex Chocoaré-Mato Grosso; Ofélia de Fátima Gil Willmersdorf – Flona de Ipanema; Renato Azevedo – CPB; Rossana Santana – NGIs Trindade e Martim Vaz e São Pedro e São Paulo; Selma Ribeiro – APA da Serra da Mantiqueira; Tatiana Mello – APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão-Dourado.

Divisão de Comunicação - DCOM

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Complexo Administrativo Sudoeste - EQSW 103/104 - Bloco C - 1º andar - CEP: 70670-350 - Brasília/DF Fone +55 (61) 2028-9280 comunicacao@icmbio.gov.br - www.icmbio.gov.br



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

